



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640201 - PE (2021/0013771-5)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : JEHOVAH VERAS DE CARVALHO
ADVOGADO : JEHOVAH VERAS DE CARVALHO - PE021086
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : LIZ CARLA RICARTE DE SANTANA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LIZ CARLA RICARTE DE SANTANA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (HC n. 0002365-81.2020.8.17.0000 e HC n. 0002372-73.2020.8.17.0000).

A paciente teve sua prisão preventiva decretada, em 30.10.2019, por suposta prática do delito descrito no art. 171 do Código Penal.

O impetrante sustenta que deve ser deferida à paciente a prisão domiciliar, nos termos dos arts. 318, 318-A e 318-B do Código de Processo Penal, porquanto é mãe de uma criança de 2 anos e 10 meses de idade, sendo a única responsável pela menor. Destaca que o delito foi cometido sem violência ou grave ameaça, e não foi praticado contra sua prole.

Defende, ainda, a ausência de fundamentação idônea para a decretação da prisão preventiva, tendo em vista a ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, destacando a possibilidade de aplicação das medidas cautelares alternativas descritas no art. 319 do mesmo diploma legal.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia cautelar da paciente ou a sua substituição por prisão domiciliar ou, ainda, por medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar.

Não obstante o disposto no art. 318 do Código de Processo Penal e a decisão do Supremo Tribunal Federal no HC coletivo n. 143.641/SP, consta dos autos (e-STJ fl. 66):

Analisando a decisão que decretou a prisão preventiva da paciente, não vislumbro o constrangimento ilegal apontado.

*A magistrada de piso manteve a prisão preventiva da paciente com fundamento no risco a ordem pública, ressaltando que os acusados **fazem parte de uma organização criminosa voltada para a prática de crimes de estelionato**, que induz a erro pessoas pobres, na venda de apartamentos do Programa Minha Casa*

Minha Vida, o que denota a necessidade de se resguardar a ordem social pública.

Quanto a condição da paciente ser genitora de filho menor de 12 anos, ressalto que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Habeas Corpus Coletivo nº 143.641 -SP, tratou sobre a possibilidade de substituição da prisão preventiva por domiciliar de mulheres presas que estejam gestantes ou sejam mães de crianças de até 12 anos de idade ou de pessoas com deficiência, podendo a prisão cautelar ser justificada por alguma situação que venha a excepcionalizar a regra.

(...)

*No caso, **observa-se que a filha da paciente está sob a guarda da avó**, não havendo qualquer informação das condições em que vivem, em durante o período em que a paciente se encontra presa.*

Assim, verifica-se que o caso em comento é hipótese que suscita divergências na jurisprudência e que, segundo alguns julgados do STJ, pode configurar situação excepcional que justifique a negativa da pretensão de substituição da prisão preventiva por domiciliar.

Assim, por ora, é recomendável o indeferimento do pedido, reservando-se ao ministro relator e ao respectivo colegiado a análise mais aprofundada da matéria.

Ademais, salientou o Tribunal de origem que a paciente responde a 10 outros processos por crimes da mesma natureza (estelionato), o que demonstra a sua inclinação à prática de delitos, a denotar a necessidade de manutenção da prisão para resguardar a ordem pública.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência